

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Zero Hora (R.S.)

Class.: 35

Data: 20 de Outubro de 1988

Pg.: _____

Jornal da Eleição

São oito os índios que querem ser vereadores

Eles concorrem em cinco cidades gaúchas e representam 12 mil pessoas



Por MARCELO RECH
Editoria de Política/ZH



O cacique Mário Juruna, primeiro índio eleito para a Câmara dos Deputados, fez escola. Apenas no Rio Grande do Sul, oito índios estarão disputando, no dia 15 de novembro, vagas em cinco Câmaras de Vereadores, na esperança de conquistar o apoio de um povo composto por 12 mil pessoas no Estado. O lançamento de candidaturas indígenas não chega a ser uma inovação nestas eleições: em 1982, o ex-cacique da reserva da Guarita, em Tenente Portela, Domingos Ribeiro, enfrentou — e perdeu — uma eleição para vereador. O que chama a atenção, desta vez, é o contingente de candidatos, que somam 23 índios apenas nos três estados da Região Sul. Já no Mato Grosso do Sul são 26 candidatos a vereador e um a vice-prefeito.

“Chegou a vez deles”, anima-se o administrador regional da Funai, Lorinaldo Veloso, que considera a tentativa dos índios “uma experiência muito válida, mesmo que não sejam eleitos”. Para concorrer ou votar basta que o índio, a exemplo do homem branco, possua um título eleitoral. Não há quaisquer restrições legais, a não ser o fato de precisar falar também

o português, para que os índios comecem a formar suas bancadas nas Câmaras de Vereadores, especialmente em municípios onde existem áreas indígenas. “O índio gosta de votar”, acredita Lorinaldo Veloso.

Para o coordenador regional do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Alberto Capucci, com abrangência do Rio de Janeiro até o Rio Grande do Sul, a chegada dos índios aos postos da administração branca mostra uma mudança no comportamento indígena. “Antigamente, o ideal de um índio era ser cacique, mas, nesta época de crise, o projeto de vida pode incluir a formação como técnico agrícola, professor ou mesmo vereador”, analisa ele. Capucci afirma também que não há condições de ser detectado um possível interesse de madeireiros e arrendatários por trás destas candidaturas. “É preciso verificar caso a caso”, observa.

Uma coisa, porém, é certa. Se as comunidades se unissem em torno do nome de apenas um candidato por reserva, a participação indígena nos parlamentos brasileiros não seria uma exceção. No Amazonas, lembra o coordenador do CIMI, a nação dos tucanos teria votos suficientes para eleger pelo

menos dois deputados federais, mas, graças à divisão na hora da votação, nunca conseguiu enviar um representante sequer a Brasília. Apesar destas divisões nas comunidades, o administrador regional da Funai está confiante. “Não nos surpreenderemos se amanhã ou depois um índio for eleito prefeito”, diz Lorinaldo Veloso. “A tendência é irreversível”.

Mulher Não

Não há notícia de que uma mulher índia esteja se candidatando a algum posto eletivo no Brasil, o que, se se confirmasse, seria uma modificação radical nos hábitos de boa parte das nações indígenas no País. A tradição manda que apenas os homens têm direito a voto na hora de escolher, por exemplo, um novo cacique. Mesmo com este hábito, arraigado especialmente entre a nação caingangue, o vice-presidente da Associação Nacional de Proteção ao Índio (ANAI), Rodrigo Venzon, não vê contradições na quantidade de índios que buscam agora votos de todo o eleitorado. “Apesar de não votarem dentro das reservas, as mulheres têm muita influência nas suas famílias no encaminhamento das decisões e soluções”, ensina ele.

Não há uma sigla preferida

Na hora do voto indígena, o partido não faz muita diferença. O que vale mesmo é a penetração que cada candidato tem entre sua comunidade e a capacidade de responder aos anseios dos povos indígenas. Pelo menos no Rio Grande do Sul, a relação dos oito candidatos índios guarda uma certa proporcionalidade de distribuição entre as siglas. Há três índios tentando a Câmara de Vereadores pelo PMDB, um pelo PFL, um pelo PDS e outros três por coligações.

A Câmara Municipal de Santo Augusto concorrem dois candidatos saí-

dos da reserva do Inhacorá: João Carmargo (PDS) e Néelson Fernandes. Em Cacique Doble, Moacir Ferreira Doble disputa pelo PFL, enquanto em Tapejara Leonídio Braga, da reserva do Ligeiro, concorre pelo PMDB, o mesmo partido escolhido por Francisco Ribeiro, da reserva da Guarita, que concorre em Tenente Portela. A Câmara de Miraguaí foram indicados dois índios da reserva de São João do Irapuá: Antônio Salles (PFL/PDS) e Oscar de Souza (PMDB/PDT). E, em São Valentim, Batista Oliveira, da reserva do Votouro, disputa pela coligação PDT/PDS.